UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

ACH3778 - Governo Aberto

Análise da participação no Orçamento Cidadão de 2022 da cidade de São Paulo pautada por dados do Mapa da Desigualdade

Grupo 6

Ahmad Kamel Abdouni - 11795825
Gianlucca Siqueira Maiellaro - 11795929
Luiza Borghi de Mello - 11796037
Maria Eduarda Garcia - 11796621
Mirela Mei - 11208392
Raphael Nobuaki Iwamoto - 11882986

SÃO PAULO 2023

1. Introdução

1.1. Referencial teórico

O Participe+ é uma iniciativa administrada pela equipe de Governo Aberto do município de São Paulo e tem como objetivo proporcionar a colaboração entre governo e sociedade civil, criando um ambiente de participação social de três formas distintas: Consultas Públicas, Votações e Orçamento Cidadão. O programa foi criado em decorrência do 2º Plano de Ação em Governo Aberto e oficialmente lançado durante a pandemia de COVID-19, permitindo que o envolvimento da população com o governo fosse possível em meio ao isolamento social. Através do programa, visa-se exercer os pilares do Governo Aberto, proporcionando participação, transparência e prestação de contas, além de promover um maior engajamento da população diante de projetos públicos.

Haja em vista dados divulgados pela Prefeitura de São Paulo, é perceptível que o Participe+ tornou-se um projeto que proporciona uma maior participação social dentro do município - tomando o número total de indivíduos envolvidos com o processo do Orçamento Cidadão, vê-se um aumento de 2.097 em 2019 para 12.354 em 2020. Ainda sobre o Orçamento Cidadão, o qual será o escopo do projeto em questão, vê-se que se trata de uma forma de envolvimento da população na definição e distribuição dos recursos do orçamento municipal. Nele, é possível sugerir e votar em propostas de acordo com os distritos da cidade.

O processo do Orçamento Cidadão é realizado anualmente de acordo com uma série de etapas, que incluem informar os cidadãos sobre o processo, receber propostas da população, priorizar as propostas, realizar votação popular, analisar viabilidade, fornecer um retorno com opiniões sobre as propostas aprovadas - isto é, devolver *feedbacks* - e monitorar a implementação. O objetivo, dessa maneira, é garantir o estabelecimento de uma gestão mais democrática e transparente dos recursos públicos. Os dados das propostas submetidas e seus respectivos apoios se encontram disponíveis na plataforma.

1.2. Apresentação do problema

A desigualdade social é uma questão complexa e multidimensional que afeta diversas regiões e cidades ao redor do mundo. No contexto brasileiro, especificamente na cidade de São Paulo, a desigualdade socioeconômica e geográfica é evidente, com disparidades significativas entre diferentes distritos. Essas desigualdades impactam diretamente a qualidade de vida e o acesso a serviços básicos para a população.

Concomitantemente, tem-se a participação popular como um dos pilares do governo aberto, junto à transparência e à prestação de contas. Porém não há um consenso na literatura sobre o significado do termo "participação", com este sendo muitas vezes empregado de diversas formas como "participação política", "participação popular" e "participação cidadã", sendo que as diferentes representações não são necessariamente interpretadas como sinônimos.

Para o presente trabalho, considera-se a participação como a colaboração da população na tomada de decisões da administração pública, sendo representada pelas propostas e apoios do programa Participe+.

Este trabalho busca explorar e analisar a correlação entre a desigualdade social, considerando os diferentes distritos do município, e a participação popular no governo da cidade de São Paulo, com foco no Programa Participe+. Serão utilizados dados e informações do Mapa da Desigualdade, que apresenta indicadores sobre educação, saúde, cultura, habitação, esporte, segurança pública e meio ambiente discriminados por distrito na cidade, juntamente com as informações obtidas através das propostas do orçamento cidadão, a fim de elucidar possíveis correlações.

Ademais, em paralelo às questões supramencionadas, este trabalho também objetiva fornecer ideias sobre os fatores que influenciam a participação popular e contribuir para a análise da inclusão e representatividade nas decisões políticas. Essa análise é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, na qual todas as vozes sejam ouvidas e consideradas no contexto da cidade de São Paulo.

2. Metodologia

2.1. Análise bibliográfica

A fim de compreender o que já foi estudado e, portanto, já existe como literatura acadêmica no tema, seis questões de pesquisa foram elaboradas:

- Q1. O que está sendo abordado sobre desigualdade social no município de São Paulo?
- Q2. O que está sendo abordado sobre desigualdade social no município de São Paulo considerando especificamente seus diferentes distritos?
- Q3. O que está sendo abordado sobre participação política no município de São Paulo?
- Q4. O que está sendo abordado sobre a influência da desigualdade social na participação política no município de São Paulo?
- Q5. O que está sendo abordado sobre o Programa Participe+?
- Q6. O que está sendo abordado sobre o Mapa da Desigualdade?

Tendo em vista as questões definidas, escolheu-se o Google Scholar como base de dados e seis termos de busca foram definidos:

- T1. São Paulo e desigualdade social
- **T2.** São Paulo e desigualdade e distritos
- T3. São Paulo e participação política
- T4. São Paulo e desigualdade social e participação política
- **T5**. São Paulo e Participe+
- **T6.** São Paulo e Mapa da Desigualdade

Os critérios de inclusão utilizados foram artigos em português, já que optou-se pelo enfoque na realidade brasileira e, mais especificamente, na cidade de São Paulo. Foram descartados os trabalhos cujo título e resumo não fossem

relacionados ao tema ou que não respondessem às perguntas de pesquisa definidas previamente. A tabela 1 detalha os termos de busca e resultados retornados.

Tabela 1: Termos de busca e resultados retornados.

Termos de busca	Total de artigos retornados	Total de artigos utilizáveis	Artigos utilizáveis
"São Paulo" AND "desigualdade social"	76.600	3	- Yazlle Rocha, Juan Stuardo, Breno José Guanais Simões, and Geraldo Luiz Moreira Guedes. "Assistência hospitalar como indicador da desigualdade social." <i>Revista de</i> saúde Pública 31 (1997): 479-487.
			- Ermínia, Maricato. "Metrópole, legislação e desigualdade." <i>Estudos avançados</i> 17 (2003): 151-166.
			- Zarias, Alexandre. Das leis ao avesso: desigualdade social, direito de família e intervenção judicial. Diss. Universidade de São Paulo, 2008.
"São Paulo" AND "desigualdade" AND "distritos"	31.300	3	- Chiavegatto Filho, Alexandre Dias Porto, et al. "Como incluir características dos distritos do município de São Paulo em estudos epidemiológicos?: análise da desigualdade de renda pelo uso do propensity score matching." Saúde e Sociedade 22 (2013): 1145-1153.
			- Antunes, Jose Leopoldo Ferreira. Mortalidade por câncer e desigualdade social

			em São Paulo. Diss. Universidade de São Paulo, 2005. - Fernandes, Ivan Filipe de Almeida Lopes. "A desigualdade na participação política do paulistano: segregação e democracia na Cidade de São Paulo." Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política 29.2 (2020).
"São Paulo" AND "participação política"	102.000	2	 Prist, Arthur Hirata, and Maria Paula Dallari Bucci. "Direito à Cidade e esfera pública: entre a participação política e a renovação jurídico-urbanística." Cadernos Metrópole 23 (2021): 629-650. Lacerda, Fabio, and Sergio SIMONI JÚNIOR. "A relação entre status socioeconômico, religião, disposições atitudinais e participação política: evidências da cidade de São Paulo." Índice de democracia local: estudos a partir da experiência de São Paulo. Curitiba: Instituto Sivis (2021): 128-148.
"São Paulo" AND "desigualdade social" AND "participação política"	21.700	2	- Fernandes, Ivan Filipe de Almeida Lopes. "A desigualdade na participação política do paulistano: segregação e democracia na Cidade de São Paulo." Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política 29.2 (2020). - Bonifácio, Robert. "A participação política no Brasil." Debate, Belo Horizonte 4 (2012).

"São Paulo" AND "Participe+"	0	0	-
"São Paulo" AND "Mapa da Desigualdade"	709	1	- Cavalcante, Eduardo Janotti, and Lúcia Pereira Barroso. "Relatório de análise estatística sobre o projeto "Mapa da desigualdade de gênero e interseccionalidades do município de São Paulo"." (2022).

Número total de artigos utilizáveis: 11

2.2. Desenvolvimento do projeto

O Mapa da Desigualdade divide a cidade de São Paulo em 96 distritos, apresentando para cada um deles os seguintes critérios: a população, população preta e parda, feminina, infantil, jovem, em situação de rua, quantidade de favelas, moradias em risco; no quesito mobilidade: ocorrências e mortes de trânsito, tempo médio de deslocamento por transporte público, acesso de transporte de massa e à infraestrutura cicloviária; no quesito infraestrutura digital: acesso à internet móvel; no quesito trabalho e renda: oferta de emprego formal, remuneração nestes, microempreendedores individuais, desigualdade salarial; no quesito saúde: gravidez na adolescência, idade média ao morrer, mortalidade materna, infantil, tempo de consulta na atenção básica, mortalidade por covid; no quesito educação, tempo de atendimento para vaga em creche, matrículas em ensino básico em escolas públicas, distorção idade-série no ensino fundamental municipal, abandono escolar, Ideb, adequação da formação docente; no quesito cultura: centros e espaços de cultura, equipamentos públicos de cultura, cinemas, espaços culturais independentes; no quesito esporte: equipamentos públicos de esporte, quadras esportivas em escolas públicas; no quesito direitos humanos: violência racial, contra a mulher, LGBTQIAP+; no quesito segurança pública: deslocamentos médios para denúncias de violência contra a mulher, feminicídio, mortes por intervenção policial, homicídios, homicídios de jovens, agressões por intervenção policial; no quesito meio ambiente, emissão de poluentes atmosféricos por área, coleta seletiva, resíduos sólidos per capita. Além disso, conta também com análises como: quantas vezes o distrito aparece entre os dez melhores ou piores em um determinado critério e um comparativo dos "desigualtômetros" entre as áreas, das médias e dos totais.

Os dados disponibilizados no Orçamento Cidadão pelo Participe+ se referem ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, divididas entre 32 subprefeituras de São Paulo e por ano, contando com dados como o autor da proposta, a descrição, quantidade de apoios, resultados da priorização, votos, resultado da votação, viabilidade, compromisso e justificativa.

Para tal, escolheu-se as variáveis mais relevantes de cada tema no Mapa da Desigualdade para os distritos pertencentes à divisão regional de São Paulo pelo Participe+, analisando o quão beneficiados são estes entre si e o quanto esse cenário se reflete na Participação Orçamentária. Analisou-se o caráter das propostas aprovadas e demandas e estatísticas de aprovação, quanto aquelas consideradas inviáveis ou não votadas. Desejou-se, dessa forma, delinear de que formas a desigualdade social afeta a realidade material do presente e de que maneira ela se propaga e prorroga, fazendo parte do projeto político municipal.

A fim de realizar a presente análise, foi-se utilizado um arquivo de extensão .csv relativo ao Mapa de Desigualdade do ano de 2022 e outro arquivo de mesma extensão do Projeto de Lei Orçamentária de 2022. A separação entre distritos do segundo documento, conforme já indicado no texto, é mais sucinta que no caso do primeiro, uma vez que agrupa alguns distritos em suas respectivas subprefeituras, o que reforça a tendência de se utilizar como base as localidades descritas da forma como estão no Orçamento Cidadão disponível na plataforma Participe+ da cidade de São Paulo. Assim foi feito na Análise conjunta do Mapa da Desigualdade e Orçamento Participativo 2022 (seção 3.4.), onde optou-se por realizar a análise a partir das subprefeituras delimitadas pelo Participe+. Em consonância com o objetivo da plataforma, a seleção de subprefeituras se deu por um caráter participativo, considerando as subprefeituras que constam com a maior e a menor participação por habitante no Participe+.

No Mapa da Desigualdade, os indicadores utilizados foram: a população em situação de rua, quantidade de favelas, número de mortes de trânsito, tempo médio de deslocamento por transporte público, acesso à infraestrutura cicloviária, acesso à internet móvel, oferta de emprego formal, gravidez na adolescência, idade média ao morrer, mortalidade materna, infantil, tempo de consulta na atenção básica, mortalidade por covid, abandono escolar, centros e espaços de cultura, violência racial, contra a mulher, LGBTQIAP+, deslocamentos médios para denúncias de violência contra a mulher e feminicídio. Também contou-se com as análises de quantas vezes o distrito aparece entre os melhores ou piores, e os valores dos "desigualtômetros" (que medem a discrepância dos valores entre as regiões), em momentos oportunos de conclusão.

Entendeu-se como escolha mais assertiva utilizar os dados de 2022, uma vez que o Mapa da Desigualdade é lançado aos finais de ano e o último disponível foi de novembro de 2022, e o fato de que o orçamento de 2022 já foi inteiramente proposto, votado e rotulado de acordo com sua viabilidade, sendo ainda possível avaliar a participação política nas votações. Além disso, para uma melhor análise dos dados fornecidos, foram utilizadas as linguagens de programação R e Python. Com esse cenário, é possível, em primeiro lugar, ter um melhor entendimento da situação do distrito - econômica, política e social - com relação a distritos mais ou menos privilegiados da cidade, e, posteriormente, entender de que forma a distribuição de renda do Projeto de Lei Orçamentária contribui e reforça com as desigualdades já assinaladas, negando recursos para atividades básicas em alguns locais, enquanto outros recebem aprovações para atividades não tão urgentes.

Os passos utilizados para a análise foram:

- Coleta de dados coleta do arquivo .csv de todas as propostas de lei para todos os distritos de 2022 (Orçamento Cidadão), bem como do arquivo em que estão descritas todas as variáveis abordadas pelo Mapa da Desigualdade.
- Pré-processamento dos dados importação para utilização em R e Python e verificação da consistência dos dados, através da eliminação de variáveis que não sejam do interesse e tratamento de valores ausentes e duplicados.

- 3. Exploração dos dados para cada um dos distritos, realizou-se uma análise exploratória das variáveis descritas, calculando estatísticas descritivas, como média, mediana e desvio padrão para as variáveis de interesse. Ainda, observou-se quais foram as propostas de lei mais votadas e consideradas viáveis de aplicação para cada um dos locais definidos.
- 4. Cruzamento dos dados identificação da variável em comum entre os dados do Mapa da Desigualdade e o Projeto de Lei Orçamentária para que seja possível realizar o cruzamento: os nomes dos distritos.
- 5. Análise final, tanto estatística quanto de desigualdade na participação política e de acesso à informação. O objetivo foi encontrar tendências e disparidades significativas entre os distritos, bem como a forma com que a realidade vem sendo tratada pela prefeitura. As conclusões foram apresentadas por meio de gráficos e outros recursos visuais, em uma apresentação, a fim de demonstrar de que forma os valores conversam entre si.

3. Resultados

3.1. Análise bibliográfica

Os conceitos de instituições, mecanismos participativos, direito à cidade e desigualdade na participação política são essenciais para a compreensão da importância do envolvimento dos cidadãos nos processos políticos e na construção de sociedades mais democráticas e igualitárias.

Sob um paradigma histórico, vê-se que a Constituição de 1988 estabeleceu no sistema político brasileiro diversas formas de participação política. Além das eleições para cargos nacionais, estaduais e municipais, foram incorporados mecanismos de participação direta, como plebiscitos, referendos, além de incentivos a instituições participativas locais, como conselhos de políticas e orçamentos participativos.

Orçamentos participativos são exemplos de instituições participativas, nas quais os cidadãos podem se envolver nas negociações acerca da alocação de gastos governamentais (LACERDA; JUNIOR, 2021). No entanto, é crucial que tais mecanismos de participação estejam abertos às partes interessadas e garantam que

os cidadãos possam de fato influenciar as decisões políticas. A ilusão de participação sem efetividade não é suficiente para promover uma participação efetiva (OLIVEIRA; CKAGNAZAROFF, 2022).

Fernandes (2020) destaca que a participação cidadã nos processos políticos é uma exigência para o bom funcionamento da democracia e elabora que a qualidade dessa participação vai além da quantidade de participantes. É necessário levar em consideração a desigualdade na distribuição dessa participação, dado que a falta de oportunidades e recursos para participação de certos grupos pode indicar um enfraquecimento do processo democrático.

Quanto ao direito à cidade e participação política, é evidente que o Direito à Cidade é um elemento central nas lutas sociais (PRIST; BUCCI, 2021). Esse conceito engloba críticas à lógica mercantilista que submete o espaço urbano e a vida cotidiana ao valor de troca, bem como demandas específicas de acesso aos recursos que a cidade oferece. Para garantir esse direito, é fundamental que existam canais participativos capazes de captar as reivindicações e interesses dos movimentos sociais.

Lacerda e Junior (2021) argumentam que a participação política ocorre quando um cidadão tenta influenciar a distribuição de um bem público, independentemente do resultado efetivo dessa influência. Ademais, como enfatizado por Fernandes (2020), o elemento central da participação política é a ação voluntária do cidadão em influenciar as decisões políticas da sua comunidade e o processo decisório em geral.

Ao analisar a distribuição de tal participação, observa-se que indivíduos em posições mais elevadas na estratificação social e com recursos cívicos desenvolvidos têm maior propensão a participar politicamente (LACERDA; JUNIOR, 2021). Entretanto, a literatura destaca que efetuar comparações entre regiões pobres e ricas deve levar em consideração a complexidade da distribuição social da cidade (Chiavegatto Filho et al, 2013). A análise dos impactos da desigualdade social na participação política é complexa e multidimensional, exigindo, portanto, um aprofundamento para que seja possível compreender os fatores mais significativos dessa relação.

Portanto, torna-se nítida a necessidade de se considerar a desigualdade social na análise da participação política (LACERDA; JUNIOR, 2021). Compreender a manifestação desse fenômeno é essencial para promover a integração social, econômica e cultural de grupos historicamente marginalizados e garantir sua maior participação nos processos deliberativos e de tomada de decisão (PRIST; BUCCI, 2021).

3.2. Análise do Mapa da Desigualdade 2022

A análise do Mapa da Desigualdade foi feita utilizando a linguagem de programação R, escolhida por ser uma linguagem estatística amplamente utilizada e reconhecida pela sua eficiência no processamento e análise de dados. O objetivo é fornecer informações quantitativas sobre diferentes aspectos relacionados à desigualdade entre 32 distritos da cidade de São Paulo, podendo ajudar a identificar padrões, tendências e relações entre as variáveis estudadas.

A primeira etapa realizada foi a de análise sobre o Mapa da Desigualdade de 2022. Os dados foram coletados em formato .xlsx, a partir da página online do projeto, que também conta com um arquivo com as informações diagramadas e elaboradas, o qual também será utilizado no presente trabalho. Dentro do arquivo puro coletado, as colunas que possuíam valores nulos foram omitidas, e foi realizado um recorte sobre as tuplas existentes: primeiro, foram retiradas variáveis que não viriam a ser úteis para análise; após isso, foram selecionados somente os registros relacionados ao distritos pertencentes à plataforma do Orçamento Cidadão de 2022 da iniciativa Participe+.

distritos selecionados Os nessa primeira fase foram: Aricanduva/Formosa/Carrão, Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Casa Verde. Cidade Ademar, Cidade Tiradentes. Ermelino Matarazzo, Freguesia/Brasilândia, Guaianases, Ipiranga, Itaim Paulista, Itaquera, Jabaquara, Jaçanã/Tremembé, Lapa, M'Boi Mirim, Mooca, Parelheiros, Penha, Perus, Pinheiros, Pirituba/Jaraguá, Santana/Tucuruvi, Santo Amaro, Sapopemba, São Mateus, São Miguel, Sé, Vila Maria/Vila Guilherme, Vila Mariana, Vila Prudente. Foram calculadas as frequências absolutas e relativas, as amplitudes, a média, a mediana e o desvio padrão. A imagem final é composta por uma tabela de 34 registros, cada uma contendo 20 variáveis de análise, com os valores tratados e disponíveis para as análises necessárias.

Ao calcular as frequências absolutas e relativas, torna-se possível identificar a magnitude e a proporção de diferentes fenômenos relacionados à desigualdade, como por exemplo a população preta e parda, a incidência de violência racial, a mortalidade infantil, entre outros. Essas informações podem direcionar políticas públicas, intervenções sociais e alocar recursos de forma mais eficaz para enfrentar os problemas identificados. O cálculo da amplitude auxilia frontalmente nesse papel, uma vez que permite observar quais são os valores mínimos e máximos de certos parâmetros para determinadas regiões, escancarando a diferença entre a qualidade de vida para aqueles melhores ou piores posicionados na cidade. Ao calcular as medidas descritivas, como média, mediana e desvio padrão, é possível ter uma compreensão mais precisa sobre a distribuição dos dados e sua variabilidade. Essas informações são cruciais para identificar casos extremos, outliers ou tendências que possam influenciar a desigualdade em determinadas variáveis.

A análise estatística realizada fornece uma visão inicial, quantitativa e generalizada dos diferentes aspectos da desigualdade, auxiliando no entendimento dos problemas deste projeto, em como os dados se conformam de maneira descentralizada. Aqui, ainda, não são observados dados particulares, comparações com outros distritos específicos ou até mesmo o cruzamento com os dados do Orçamento Cidadão. Esse passo fornece uma primeira vista aos dados existentes e como se comportam, com o intuito de analisar as populações afetadas pelas desigualdades no Brasil.

3.2.1 Análise das variáveis

A análise descritiva foi realizada por variáveis, e contou com as frequências absolutas, relativas, a amplitude, a média, a mediana e o desvio padrão para cada uma delas. Estas são descritas pelas funções *table, range* e *describe* na linguagem de programação R.

População em situação de rua: A variável "População em situação de rua"
 se refere à população total em situação de rua por distrito, a amplitude indica

- como valor mínimo 30 pessoas e máximo 2149. A média é 291,3 pessoas, a mediana é de 236,5 e o desvio padrão de 387,9.
- Favelas: A variável "Favelas" se refere à proporção (%) estimada de domicílios em favelas em relação ao total de domicílios, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 0%, e máximo 21,7%. A média é de 6,8%, a mediana 5,6% e o desvio padrão de 6,7%.
- Mortes no trânsito: A variável "Mortes no trânsito" se refere ao coeficiente de mortes em sinistros de trânsito para cada cem mil habitantes, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 1,7, e como máximo 22,9. A média é 7,6, mediana 7,2 e desvio padrão 4,9.
- Tempo médio de deslocamento por transporte público: A variável "Tempo médio de deslocamento por transporte público" se refere ao tempo médio (em minutos) de deslocamento por transporte público no pico da manhã, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 27 minutos e máximo 69. A média é 43,9 minutos, a mediana 44 e o desvio padrão 11.
- Acesso à infraestrutura cicloviária: A variável "Acesso à infraestrutura cicloviária" se refere à proporção (%) da população que reside em um raio de até 300 metros de distância de infraestruturas cicloviárias (ciclovias e ciclofaixas), por Zona OD e por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 0% e máximo 76,1%. A média é 37,5%, a mediana 43,1% e o desvio padrão 24%.
- Acesso à internet Mapeamento das antenas: A variável "Acesso à internet Mapeamento das antenas" se refere à distribuição de antenas de internet móvel a cada dez mil habitantes, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 1,1 antena e máximo 36,1. A média é 6,6, a mediana 3,4 e o desvio padrão 8,4 antenas.
- Oferta de emprego formal: A variável "Oferta de emprego formal" se refere à taxa de oferta de emprego formal, por dez habitantes participantes da população em idade ativa (PIA), por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 0,3 e como máximo 23,2. A média é 5,7, a mediana 2,5 e o desvio padrão 8,8.

- Gravidez na adolescência: A variável "Gravidez na adolescência" se refere à proporção (%) de nascidos vivos de parturientes com menos de 20 anos em relação ao total de nascidos vivos. A amplitude indica como valor mínimo 0,6% e máximo 13,3%. A média é 7,4%, a mediana 7,7% e o desvio padrão 3,3%.
- Idade média ao morrer: A variável "Idade média ao morrer" se refere à média de idade (em anos) das pessoas que morreram (de acordo com o local de residência), por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 61,2 anos e máximo 78,8 anos. A média é 68,6 anos, a mediana 67,9 e o desvio padrão 5,5.
- Mortalidade materna: A variável "Mortalidade materna" se refere à razão da mortalidade materna. A amplitude indica como valor mínimo 0 e máximo 196.
 A média é 80,6, a mediana 71,25 e o desvio padrão 57,7.
- Mortalidade infantil: A variável "Mortalidade infantil" se refere ao coeficiente de mortalidade infantil, para cada mil crianças nascidas vivas de mães residentes no distrito. A amplitude indica como valor mínimo 2,7 e máximo 14. A média é 9,1, a mediana 10 e o desvio padrão 3,3.
- Tempo médio para consultas na atenção básica: A variável "Tempo médio para consultas na atenção básica" se refere ao tempo médio (em dias) de espera para consultas na atenção primária. A amplitude indica como valor mínimo 5 dias e máximo 37 dias. A média é 21,5 dias, a mediana 21 e o desvio padrão 6,9 dias.
- Mortalidade por covid-19: A variável "Mortalidade por covid-19" se refere à proporção (%) de óbitos por covid-19 em relação ao total de óbitos. A amplitude indica como valor mínimo 17,5% e máximo 30,2%. A média é 24,8%, a mediana 25,6% e ao desvio padrão 3,12%.
- Abandono escolar no ensino fundamental da rede municipal: A variável "Abandono escolar no ensino fundamental da rede municipal" se refere à proporção (%) de alunos que abandonaram a escola no Ensino Fundamental da rede municipal. A amplitude indica como valor mínimo 0 e máximo 3,4%. A média é de 0,8%.

- Centros culturais, casas e espaços de cultura: A variável "Centros culturais, casas e espaços de cultura" se refere à proporção (%) de centros culturais, espaços e casas de cultura (municipais), para cada dez mil habitantes, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 0 e máximo 0,56%. A média é 0, a mediana 0 e o desvio padrão 0,1%.
- Violência racial: A variável "Violência racial" se refere ao coeficiente de pessoas vítimas de violência de racismo e injúria racial para cada dez mil habitantes, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 0,51 e máximo 8,51. A média é 2,1, a mediana 1,65 e o desvio padrão 1,7.
- Violência contra a mulher: A variável "Violência contra a mulher" se refere ao coeficiente de mulheres vítimas de violência (todas as categorias) para cada dez mil mulheres residentes de 20 a 59 anos, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 184,3 e máximo 613,5. A média é 264,4, a mediana 251,4 e o desvio padrão 73,5.
- Violência LGBTQIAP+: A variável "Violência LGBTQIAP+" se refere ao coeficiente de pessoas vítimas de violência homofóbica e transfóbica para cada cem mil habitantes, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 0,6 e máximo 33,5. A média é 6,15, a mediana 4,4 e o desvio padrão 5,8.
- Deslocamentos médio para denúncias de violência contra mulher: A variável "Deslocamento médio para denúncias de violência contra mulher" se refere ao deslocamento médio (km) de mulheres vítimas de violência (todas as categorias) por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 1,5 km e máximo 22,2 km. A média é 6,8 km, a mediana 5,7 e o desvio padrão 4,2.
- Feminicídio: A variável "Feminicídio" se refere ao coeficiente de mulheres vítimas de feminicídio, para cada dez mil mulheres residentes de 20 a 59 anos, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo é 0 e o máximo 7,5. A média é 0,8, a mediana 0,6 e o desvio padrão 0,9.

3.2.2 Análise de correlação

Com o propósito de verificar variáveis que poderiam estar correlacionadas, calculou-se o coeficiente de correlação de Pearson, cujo valor varia entre -1 e 1,

para cada par existente de variáveis. Em seguida, um gráfico foi gerado (figura 1), evidenciando unicamente os pares de variáveis cuja correlação foi inferior a -0,7 ou superior a 0,7, valores considerados altos na análise.

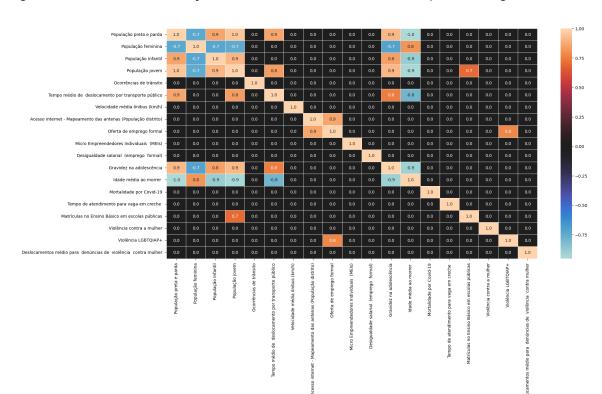


Figura 1: Análise das correlações fortes entre as variáveis do Mapa da Desigualdade 2022.

De forma geral, foi possível verificar algumas correlações, a exemplo: "População preta e parda" estava correlacionada negativamente com "Idade média ao morrer", assim como "População infantil" e "População jovem"; "Acesso internet - Mapeamento das antenas" estava correlacionada positivamente com "Oferta de emprego formal"; e "Idade média ao morrer" estava correlacionada negativamente com "Gravidez na adolescência".

3.3. Análise do Orçamento Cidadão 2022

A análise detalhada dos dados do Orçamento Cidadão do Participe+ referentes ao ano de 2022 foi efetuada em um Jupyter Notebook - um ambiente de programação interativo que permite criar e compartilhar documentos que contêm código, texto explicativo, gráficos e outros elementos - , utilizando a linguagem de programação Python e as bibliotecas Pandas, Numpy, Matplotlib e Seaborn,

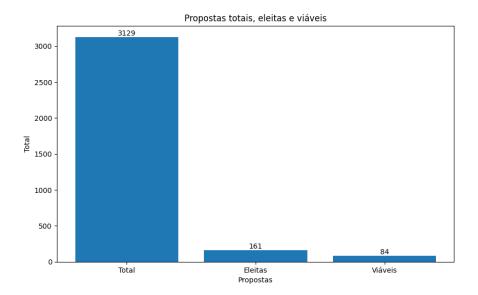
disponíveis na linguagem. Neste contexto, objetivou-se a extração de informações sobre as propostas e a distribuição da participação da população nas subprefeituras.

Inicialmente, foi feita uma visualização inicial dos dados para a compreensão de sua estrutura. Para isso, o arquivo .csv disponibilizado pelo Participe+ foi lido e verificou-se que o conjunto de dados possui 27 colunas referentes a cada proposta. Dentre as colunas disponíveis, destacam-se: "Subprefeitura", que indica a subprefeitura associada à proposta; "Categoria", que descreve sua área temática; "Votos", que contém o número de votos recebidos; e "Viabilidade", útil para avaliar seu status. Colunas não pertinentes à análise, como "Data de criação" e "Autor", foram removidas, a fim de permitir o foco nas informações mais relevantes.

Em seguida, foram realizadas análises de estatísticas descritivas para as colunas numéricas, com foco na coluna *Votos*. Identificou-se que a média de votos para as propostas foi de aproximadamente 7,84, com um desvio padrão de 38,17. Foi verificada uma ampla variação no número de votos, que variou de 0 a 1072, o que revela a existência tanto de propostas com grande popularidade quanto de menor engajamento por parte da população no conjunto de dados.

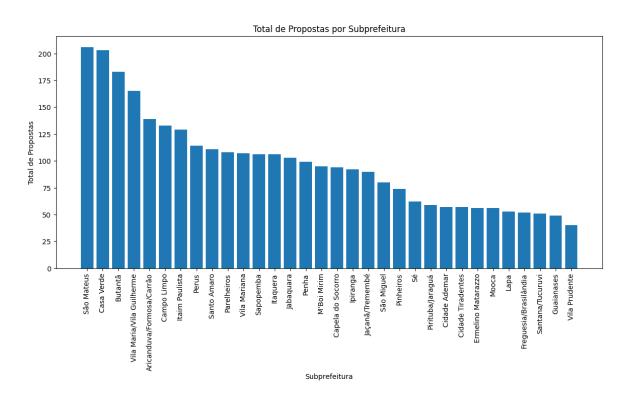
Ao contabilizar o número total de propostas no conjunto, constatou-se que havia um total de 3129 propostas. Dessas, apenas 161 propostas foram eleitas, o que representa aproximadamente 5,15% do total. Tendo como base as propostas eleitas, realizou-se uma análise de viabilidade e identificou-se que 84 propostas foram consideradas viáveis, o que corresponde a aproximadamente 52,17% das eleitas e 2,68% do total de propostas enviadas. Vê-se, portanto, que há uma discrepância crítica entre as demandas da população e a viabilidade de implementação sendo considerada (figura 2).

Figura 2: Comparação entre o total de propostas submetidas no Orçamento Participativo de 2022 com as propostas eleitas e consideradas viáveis.



Em seguida, foi efetuada uma análise geral das propostas submetidas por subprefeitura. O número de subprefeituras únicas presentes no conjunto de dados é 32. Observou-se que as subprefeituras com maior número de propostas foram São Mateus (206), Casa Verde (203) e Butantã (183), enquanto as com menor número de propostas foram Vila Prudente (40), Guaianases (49) e Santana/Tucuruvi (51). O resultado da análise se encontra na figura 1.

Figura 3: Total de propostas submetidas para cada subprefeitura.



Em seguida, verificou-se qual categoria de demanda era mais predominante em cada subprefeitura e um gráfico foi gerado. Observou-se que 28,1% das subprefeituras tiveram como categoria predominante *Zeladoria Urbana e Melhorias de Bairro*, seguida por 21,9% de *Saúde* e 15,6% de *Segurança Alimentar* (figura 4). Ao analisar o gráfico de categoria de demanda em relação ao total de propostas, um resultado semelhante é obtido, porém outras categorias são incluídas no gráfico, como *Segurança Urbana* e *Habitação*, o que permite a compreensão das outras categorias presentes nas propostas (figura 5).

Figura 4: Categorias de propostas predominantes ao considerar cada subprefeitura.

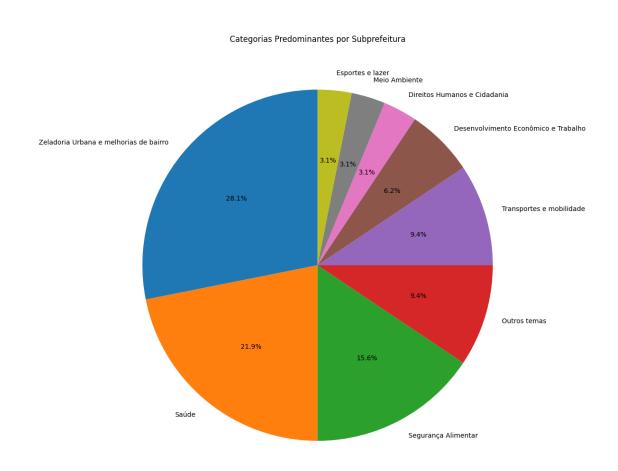
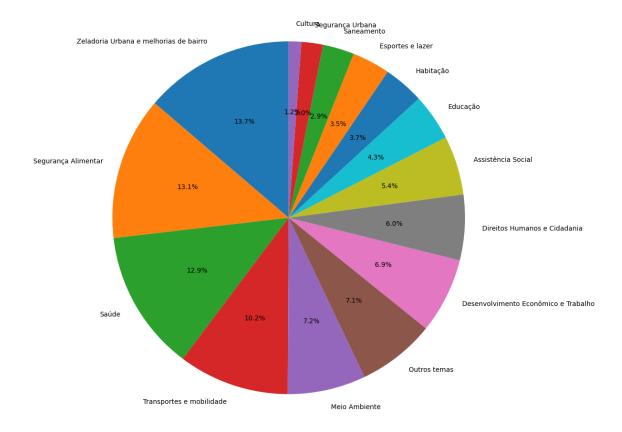


Figura 5: Categorias de propostas predominantes ao considerar o total de propostas.

Categorias Predominantes no Total de Propostas



Para compreender a possibilidade de existir uma relação entre a população de uma subprefeitura e o número de propostas submetidas, dados de 2022 sobre população e densidade demográfica referentes às subprefeituras foram incluídos no Jupyter Notebook. Os dados foram extraídos do site da Prefeitura de São Paulo. Os gráficos das figuras 6 e 7 foram gerados, os quais exibem o número de propostas submetidas para cada subprefeitura, com as barras ordenadas por população total e densidade demográfica, respectivamente. Os gráficos sugerem que não há uma relação direta entre o número de propostas submetidas e essas duas variáveis.

Figura 6: Total de propostas submetidas para cada subprefeitura, ordenado pela população total de cada subprefeitura.

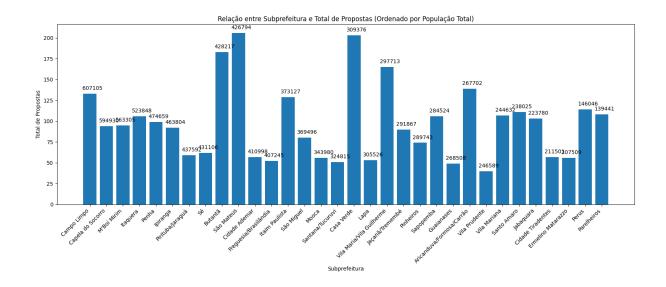
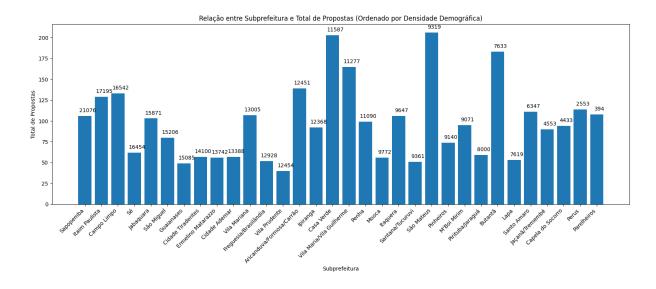
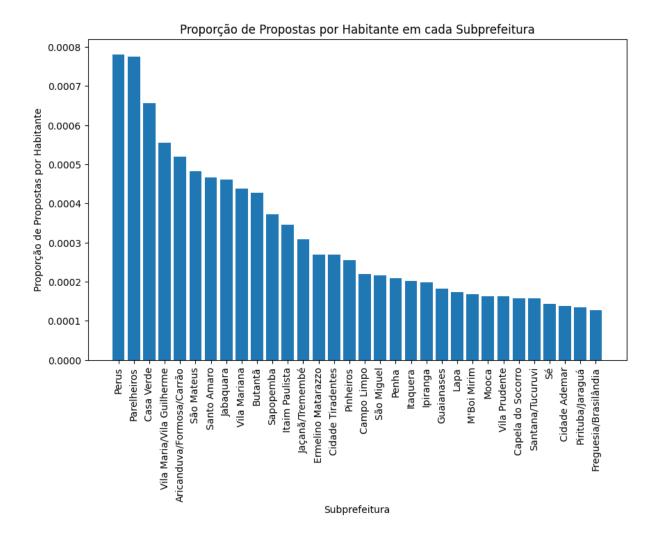


Figura 7: Total de propostas submetidas para cada subprefeitura, ordenado pela densidade demográfica de cada subprefeitura.



Ao calcular a proporção de propostas submetidas por habitante em cada subprefeitura, os resultados revelam diferenças significativas entre as regiões. As subprefeituras Perus, Parelheiros e Casa Verde mostram as maiores proporções de participação, enquanto Cidade Ademar, Pirituba/Jaraguá e Freguesia/Brasilândia revelam as menores.

Figura 8: Proporção de propostas submetidas por habitante em cada subprefeitura.



A correlação entre o total de propostas e a população total em cada subprefeitura foi calculada, resultando em um valor de aproximadamente 0,11. O mesmo foi feito para o total de propostas e a densidade demográfica em cada subprefeitura, resultando em aproximadamente -0,09. Dado que esse coeficiente varia entre -1 e 1, há um indicativo de que o número de propostas submetidas não está diretamente relacionado ao tamanho da população ou densidade de cada região, sugerindo que outros fatores, como engajamento cívico e acesso à informação, possam desempenhar um papel importante.

3.4. Análise conjunta do Mapa da Desigualdade e Orçamento Cidadão 2022

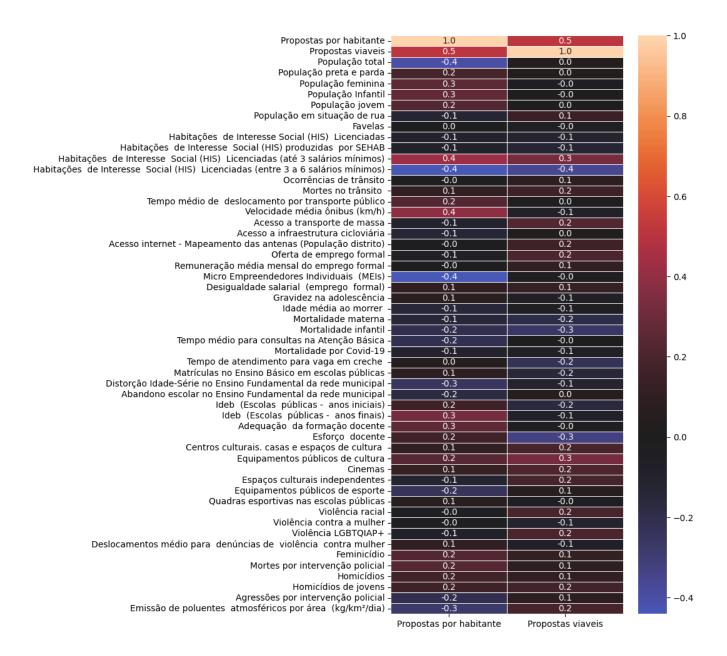
3.4.1. Análise da correlação entre indicadores de desigualdade e participação

A fim de efetuar a análise de correlação entre indicadores de desigualdade e participação, foi necessário mapear os dados do Mapa da Desigualdade de distritos

para subprefeituras. O mapeamento foi feito de duas formas principais: para variáveis relativas à população, foi calculado o valor absoluto multiplicando o valor por habitante pela população total, para então somar os valores absolutos dos distritos que formam uma subprefeitura e, por fim, calcular o valor relativo à população total da subprefeitura; para variáveis não relacionadas à população, foi feita uma média simples por não haver disponibilidade dos dados aos quais elas se relacionam.

Após o mapeamento dos dados de distritos para subprefeituras, foi feita uma junção do conjunto de dados do Mapa da Desigualdade com o do Participe+. Ao calcular o coeficiente de correlação de Pearson entre cada uma das variáveis do Mapa da Desigualdade, o número de propostas por habitante e propostas consideradas viáveis após serem eleitas, foram obtidos os resultados presentes na figura 9.

Figura 9: Coeficiente de correlação de Pearson para variáveis do Mapa da Desigualdade, número de propostas por habitante e propostas viáveis no Orçamento Participativo 2022.



Através do coeficiente de correlação de Pearson, não foi possível identificar forte correlação - inferior a -0,7 ou superior a 0,7 - entre um único indicador e as métricas de participação definidas neste trabalho.

3.4.2. Análise das subprefeituras mais participativas

Partindo da análise da proporção de propostas submetidas por habitante em cada subprefeitura, apresentada na seção 3.3, visou-se observar em maior profundidade a realidade das três subprefeituras com maiores e menores métricas de participação de forma quantitativa e qualitativa. A tentativa foi de investigar a subprefeitura no que tange os indicadores do Mapa da Desigualdade, além de observar no que as propostas enviadas se diferem - quantas propostas foram feitas,

quais categorias de demanda foram mais frequentes e quantas foram consideradas viáveis.

Conforme apresentado, as subprefeituras Perus, Parelheiros e Casa Verde mostraram as maiores proporções de participação, enquanto Cidade Ademar, Pirituba/Jaraguá e Freguesia/Brasilândia revelaram as menores.

3.4.2.1 Perus

A subprefeitura de Perus ficou posicionada em primeiro lugar, possuindo a maior proporção de propostas submetidas no Orçamento Participativo por cidadão. No que tange seus distritos, é composta por Anhanguera e Perus.

Perus é um distrito da Zona Norte de São Paulo, que possui 118 pessoas em situação de rua, se enquadrando ao redor da metade da base completa de distritos, por volta de 180 unidades abaixo da média. Possui uma alta quantidade de favelas, com proporção de 10,5 com relação ao total de domicílios, fazendo fronteira com os piores indicativos. Divide posição parecida com os distritos com os piores índices de mortes no trânsito, tendo coeficiente 9 de mortes para cada mil habitantes, 6 pontos acima do Plano de Segurança Viária para 2028, com meta de redução para 3 anos até 2028. Está entre os quatro piores distritos no que se refere a tempo de deslocamento por transporte público, com valor de 64 minutos, mais de 20 minutos abaixo da média dos distritos selecionados. Encontra-se com o menor valor possível de acesso à infraestrutura cicloviária: zero. Possui distribuição de 2 antenas para cada dez mil habitantes, demarcando-se novamente abaixo da média que, por si só, já é ínfima. Também possui uma das piores taxas de oferta de emprego formal, com 0,8 a cada 10 habitantes.

Conta com uma alta taxa de gravidez na adolescência em relação aos demais distritos, com 9,3% de bebês nascidos de mães abaixo dos 20 anos, e com baixa expectativa de vida, de 64 anos, mais de 15 anos abaixo do distrito com melhor indicativo. Com a segunda pior taxa de mortalidade materna, Perus conta com uma razão de 196 mortes, e conta com 17 dias de tempo médio para consultas na atenção básica, estando, nestes critérios, entre a metade dos dados correspondente aos melhores índices. Em mortalidade para covid-19, Perus se destaca com 30% do total de óbitos de 2021 no distrito, o segundo pior índice. Possui um valor mediano

para o abandono escolar, com proporção de 0,8% alunos, e nenhum centro ou espaço cultural. Os índices de violências raciais mantém-se na média em relação aos demais distritos, com coeficiente de 2,1 para cada dez mil pessoas. Os índices para violência contra pessoas LGBTQIAP+ também estão na média, com coeficiente de 4,4 para cada dez mil pessoas. Os índices para violência contra a mulher, por sua vez, são altíssimos, com coeficiente de 319,6 para cada dez mil habitantes, o décimo pior entre os 96 distritos. A oitava pior posição nos índices de feminicídio também é do distrito em questão, com coeficiente 1,8.

Analisando os dados do Orçamento Participativo de 2022, tem-se o apresentado na tabela 2, além das figuras 10 e 11. Seis propostas foram eleitas, das quais apenas duas não foram consideradas viáveis. As duas categorias de proposta mais requisitadas pela população foram "Saúde" e "Transportes e mobilidade". Ambas, juntas, contemplam as seis propostas mais votadas.

Ambos os distritos que compõem a subprefeitura de Perus mostram déficit de formas diferentes em relação ao resto da cidade nos parâmetros de "Saúde" (Mortalidade por covid) e "Transportes e mobilidade" (Tempo médio de deslocamento), o que corresponde com as solicitações mais comuns. Ademais, os distritos lidam com um déficit em relação aos demais distritos da cidade em questões salariais, o que é explicitamente relacionável com os problemas que ambas apresentam associados à transporte e saúde.

Tabela 2: Propostas eleitas para a subprefeitura de Perus.

Título da proposta	Categoria	Votos	Viabilidade
Reconstrução da ponte que passa sobre o córrego buracão no Bairro Sol Nascente	Transportes e mobilidade	90	Viável
Implantação de um Hospital e Maternidade Municipal Perus e Distrito Anhanguera	Saúde	86	Inviável
Implantação de 3ª Faixa na Estrada de Ligação Chica Luisa, e dentre outras	Transportes e mobilidade	86	Viável
Construção da UBS Jardim Jaraguá, e dentre outras	Saúde	61	Inviável
Reforma no Terminal Britânia - Anhanguera	Transportes e mobilidade	45	Viável
Aumentar as equipes de ESF (Estratégia	Saúde	45	Viável

|--|

Figura 10: Distribuição das propostas submetidas por categoria para a subprefeitura de Perus.

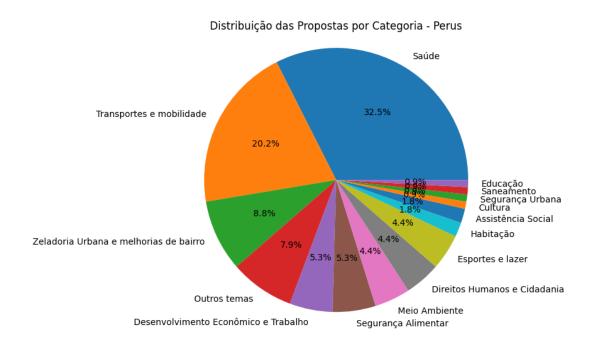
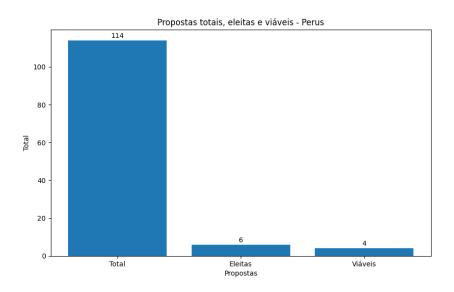


Figura 11: Comparação entre o total de propostas submetidas com as propostas eleitas e consideradas viáveis para a subprefeitura de Perus.



3.4.2.2 Parelheiros

A subprefeitura de Parelheiros ficou posicionada em segundo lugar entre as maiores proporções de propostas submetidas no Orçamento Participativo por cidadão. No que tange seus distritos, é composta por Parelheiros e Marsilac.

Localizado na zona sul, Parelheiros possui um dos índices mais baixos de população em situação de rua, com 40 pessoas, ainda 39 pessoas abaixo do distrito com melhor índice. Está entre os piores distritos em número de favelas, com 8,1%, e se situa na média com relação ao número de mortes no trânsito, com coeficiente de 6,5 mortes para cada 100 mil habitantes. Possui o terceiro pior valor para tempo de deslocamento por transporte público, contando com 66 minutos, e um dos piores para acesso à infraestrutura cicloviária, com 9,7% da população que está proporcionalmente até 300 metros de distância de uma ciclovia ou ciclofaixa. Está na oitava pior posição no índice acerca do acesso à internet móvel, com menos de uma antena e meia para cada dez mil habitantes, e ocupa a exata mesma posição para oferta de emprego formal, com 0,6 oferta para cada dez habitantes.

Ocupa a nona pior posição nos índices para gravidez na adolescência, com 11,6% dos nascidos sendo filhos de mães com menos de 20 anos, e também está entre os distritos com as expectativa de vida mais baixas, de 61,9 anos. Mantém-se um pouco abaixo da média em relação aos demais distritos, com razão de 79, em mortalidade materna e infantil, esse segundo com coeficiente de 10,9 para cada mil nascidos vivos. Está entre as melhores taxas de tempo médio para consultas na atenção básica, com valor de 10 dias. Além disso, cerca de 22,8% dos óbitos do distrito se deram em consequência do covid, sendo essa uma das taxas mais baixas em relação aos demais. Possui uma das taxas mais baixas de abandono escolar, com 0,7 % de alunos, e um dos maiores índices de proporções para espaços culturais, contando com o valor de 0,13%.

Também está entre as taxas mais baixas para violência racial, com coeficiente de 0,51 para cada dez mil habitantes, e se encontra com índices ao redor da média em violência contra a mulher, com coeficiente de 249 para os mesmos parâmetros. Em relação a violência LGBTQIAP+, é o distrito com a segunda taxa mais baixa, com 0,6% de proporção para os mesmos termos. É o terceiro pior distrito em tempo de deslocamento médio para denúncias de violência contra a mulher, com distância

média de 15 km, e Parelheiros está entre os piores índices relativos a feminicídio, com 1,5 de coeficiente para cada dez mil habitantes.

Marsilac, mais um distrito da zona sul, não possui índices para população em situação de rua, e está entre os que menos possuem favelas: 2,6% dos domicílios. É o distrito com o índice mais baixo no quesito mortes no trânsito: é o único com essa taxa zerada, e possui o tempo médio de deslocamento por transporte público mais elevado: 73 minutos. Também possui a taxa mais baixa no quesito acesso à infraestrutura cicloviária: nenhum residente tem acesso a um raio de até 300 metros. O acesso à internet móvel está na média em relação aos demais distritos, com 4,73 de antenas para cada dez mil habitantes, cenário semelhante ao índice de oferta de emprego formal: 6,4 para cada 10 pessoas. Está entre os distritos com índices mais alarmantes na taxa de gravidez na adolescência, com 9,6%, e uma das expectativas de vida mais baixas da cidade: 61,6 anos.

Possui os índices de mortalidade materna zerados, e é o distrito com o sétimo maior índice de mortalidade infantil: 13,7 mortes para cada mil crianças. Para agendamento de consultas, é o distrito que possui o terceiro melhor tempo de espera: são quatro dias de espera no distrito, e possui o índice mais baixo de mortalidades em decorrência do covid-19 dentre todos os distritos: 16,4% dos óbitos. Não possui dados de abandono escolar, nem nenhum centro ou espaço cultural. É um dos quatro únicos distritos que possuem coeficiente zero de violência racial. Também está entre os distritos com os índices mais baixos relacionados a violência contra a mulher, quinto colocado com 164,9 mortes vítimas para cada dez mil pessoas. Por sua vez, entre os distritos com índices de violência LGBTQIAP+ mais altos: 11,8 vítimas para cada cem mil habitantes. O deslocamento para denúncias de violência contra a mulher é o sexto maior em distância, de 13,8 km, e a taxa de feminicídio o coloca novamente entre os menos alarmantes: zero.

Analisando os dados do Orçamento Participativo de 2022 para a subprefeitura de Parelheiros, tem-se o apresentado na tabela 3, além das figuras 12 e 13. No total, 5 propostas foram eleitas e apenas 1 foi aceita, sendo essa uma proposta de pavimentação. Além disso, apesar de 44,4% das propostas da população serem sobre *segurança alimentar*, apenas uma dessa categoria entrou nas 10 mais

votadas, estando na décima posição com 5 votos. A proposta mais votada possui 32 votos e está na categoria *esporte e lazer*.

Embora esta subprefeitura seja a segunda maior em número de propostas por habitante, seus distritos apresentam alguns dos piores índices presentes no mapa da desigualdade. Ambas as características em conjuntos podem ser explicadas ao traçar um paralelo entre o fato de que a subprefeitura é relativa a uma área periférica da cidade de São Paulo que carece de diversos recursos e de que apenas uma das propostas feitas no Participe+ pelo subdistrito foi considerada viável.

Tabela 3: Propostas eleitas para a subprefeitura de Parelheiros.

Título da proposta	Categoria	Votos	Viabilidade
Criação de mais áreas de lazer em toda a região	Esportes e lazer	32	Inviável
Pavimentação de ruas e melhorias gerais na Chácara Progresso	Zeladoria Urbana e melhorias de bairro	28	Viável
Criação de moradias populares na região do Jardim Progresso	Habitação	28	Inviável
Continuidade das obras da Elevatória 2 no Jardim Progresso	Saneamento	25	Inviável
Mais iluminação, pavimentação e melhorias no transporte público em toda a região	Transportes e mobilidade	19	Inviável

Figura 12: Distribuição das propostas submetidas por categoria para a subprefeitura de Parelheiros.

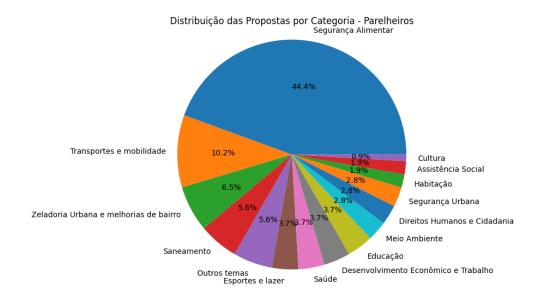
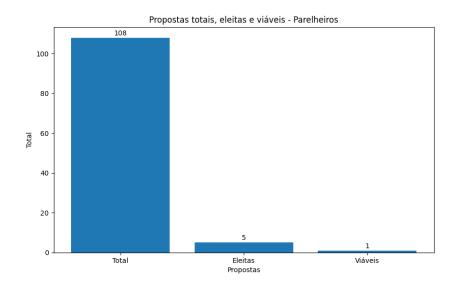


Figura 13: Comparação entre o total de propostas submetidas com as propostas eleitas e consideradas viáveis para a subprefeitura de Parelheiros.



3.4.2.3 Casa Verde

A subprefeitura de Casa Verde ficou posicionada em terceiro lugar entre as maiores proporções de propostas submetidas no Orçamento Participativo por cidadão. No que tange seus distritos, é composta por Casa Verde, Cachoeirinha e Limão.

Distrito da zona norte, Casa Verde está entre os distritos com os maiores índices de população em situação de rua, com 276 pessoas sem casa, e um dos

distritos com menor número de favelas, com 0,1% dos domicílios sendo classificados dessa forma. O distrito está ao redor da média em relação aos demais distritos no que tange aos índices de mortes no trânsito, com 7 mortes para cada cem mil habitantes, e ocupa posição similar no índice de tempo médio de deslocamento por transporte público, contando com valor de 36 minutos. Está entre os mais favorecidos para acesso a infraestrutura cicloviária, com 48,9% da população vivendo até 300 metros de ciclovias, e também está entre os distritos com índices mais altos no acesso à internet, com 5,9 antenas para cada dez mil habitantes, o que, por sua vez, ainda demonstra um valor reduzido numa visão geral. Também possui um dos melhores índices de ofertas de emprego formal em relação aos demais distritos, com 4,9 empregos para cada dez pessoas, e um dos índices mais baixos de gravidez na adolescência, com menos de 7% dos nascidos vivos sendo de mães adolescentes. A expectativa de vida está entre os valores mais altos, com 71,3 anos sendo a idade média ao morrer, e uma razão de mortalidade materna de 55,4, um valor que se configura na média em relação aos demais distritos. O mesmo tipo de posicionamento ocorre em relação à taxa de mortalidade infantil, com 6,2 mortes a cada mil crianças nascidas vivas.

O tempo médio para consultas na atenção básica também se situa ao redor da média, com 23 dias de espera, enquanto se encontra com os índices mais alarmantes no indicativo de mortes para covid, com 27,6% de óbitos sendo em decorrência da doença. Possui uma baixíssima taxa de abandono escolar, com 0,2% dos alunos, número zero de centros culturais, e possui um dos índices mais críticos em relação aos demais distritos quanto à violência racial, com 2,8 vítimas para cada mil habitantes, e violência contra a mulher, com 260 vítimas para os mesmos parâmetros. Situa-se ao redor da média nos índices de violência LGBTQIAP+, com 5,8 vítimas para os mesmos parâmetros, e possui uma das menores distâncias no que tange a deslocamento para denúncias de violências contra a mulher, com 3,1 km de distância. Além disso, possui taxa zero de feminicídios a cada dez mil mulheres.

Analisando os dados do Orçamento Participativo de 2022 para a subprefeitura de Casa Verde, tem-se o apresentado na tabela 4, além das figuras 14 e 15. No total, 5 propostas foram eleitas e apenas 1 foi aceita, sendo essa uma proposta na área da saúde, que propõe e objetiva a criação de uma Unidade Básica de Saúde

(UBS) e uma Unidade de Saúde da Família (USF). Além disso, quase 50% das propostas realizadas abrangem as categorias saúde, assistência social e habitação. Não obstante, dentre as dez propostas mais votadas, quatro estão associadas a pelo menos uma dessas categorias. A partir deste cenário, percebe-se a compatibilidade destes dados com os extraídos no Mapa da Desigualdade ao considerar, por exemplo, a realidade crítica que os distritos dessa subprefeituras se encontram no que tange a moradores em situação de rua e mortes de COVID-19.

Tabela 4: Propostas eleitas para a subprefeitura de Casa Verde.

Título da proposta	Categoria	Votos	Viabilidade
UBS e USF na região do Peri Alto	Saúde	82	Viável
Conselho Tutelar específico para o Distrito da Cachoeirinha	Direitos Humanos e Cidadania	64	Inviável
SASF e Proteção Social Básica a Domicílio para região do Boi Malhado	Assistência Social	60	Inviável
Criação da UPA de Vila Nova Cachoeirinha	Saúde	59	Inviável
Urbanização e Regularização Fundiária das Comunidades Futuro Melhor e Sapo	Habitação	54	Inviável

Figura 14: Distribuição das propostas submetidas por categoria para a subprefeitura de Casa Verde.

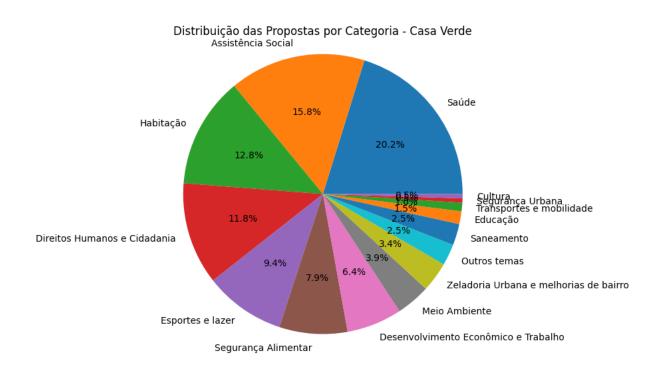
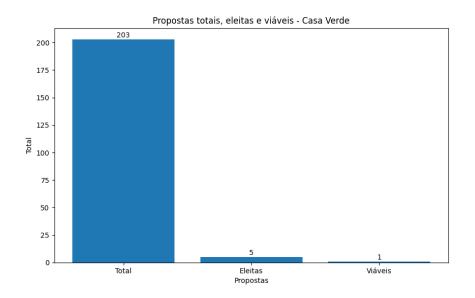


Figura 15: Comparação entre o total de propostas submetidas com as propostas eleitas e consideradas viáveis para a subprefeitura de Casa Verde.



3.4.3. Análise das subprefeituras menos participativas

3.4.3.1. Freguesia/Brasilândia

[Distritos de Freguesia/Brasilândia: Freguesia do Ó + Brasilândia]

A subprefeitura de Freguesia/Brasilândia ficou posicionada em primeiro lugar entre as subprefeituras com a menor proporção de propostas submetidas no Orçamento Participativo por cidadão. No que tange seus distritos, é composta por Freguesia do Ó e Brasilândia.

Analisando os dados demográficos dos distritos pertencentes a essa subprefeitura, tem-se que o distrito Brasilândia possui maior área e maior população com relação à Freguesia do Ó, tendo o primeiro uma área de 21 km² e mais de 264 mil habitantes em 2010, e o segundo uma área de 11 km² e 142 mil habitantes. Assim, o distrito escolhido para analisar a subprefeitura a partir dos dados do Mapa da Desigualdade foi o denominado por Brasilândia.

Brasilândia, distrito pertencente à zona norte da cidade de São Paulo, está entre os distritos com os menores índices para população de rua, com 64 pessoas vivendo nessas condições, e possui a segunda maior taxa de número de favelas, sendo 25,1% dos domicílios residentes nessas áreas. Encontra-se com valores favoráveis no que se refere a mortes no trânsito, sendo o coeficiente 4,6 para cada 100 mil habitantes, e com os valores mais altos no que se refere ao índice de tempo médio de deslocamento por transporte público, sendo este 50 minutos.

- Mencionar as imagens
- Fazer a análise das propostas e do Mapa

Tabela 5: Propostas eleitas para a subprefeitura de Freguesia/Brasilândia.

Título da proposta	Categoria	Votos	Viabilidade
Construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) no Jardim Brasília	Saúde	38	Viável
Arborização de Brasilândia e Freguesia com espécimes nativas da Mata Atlântica	Meio Ambiente	32	Viável
Urbanização do Córrego Rio das Pedras e continuação da Via Pública	Transportes e mobilidade	27	Inviável
Saneamento básico de qualidade incluindo limpeza de córregos e bueiros	Saneamento	21	Viável
Alocar a sede da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia no território	Outros temas	19	Inviável

Figura 16: Distribuição das propostas submetidas por categoria para a subprefeitura de Freguesia/Brasilândia.

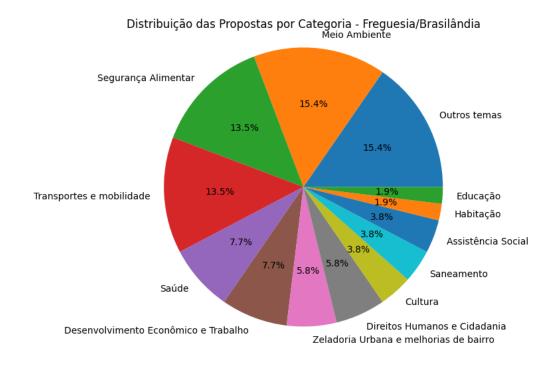
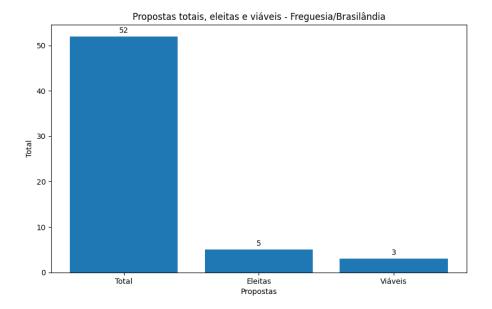


Figura 17: Comparação entre o total de propostas submetidas com as propostas eleitas e consideradas viáveis para a subprefeitura de Freguesia/Brasilândia.



3.4.3.2. Pirituba/Jaraguá

[Distritos de Pirituba/Jaraguá: Pirituba + Jaraguá + São Domingos]

A subprefeitura de Pirituba/Jaraguá ficou posicionada em segundo lugar entre as menores proporções de propostas submetidas no Orçamento Participativo por cidadão. No que tange seus distritos, é composta por Pirituba, Jaraguá e São Domingos.

- Mencionar as imagens
- Fazer a análise das propostas e do Mapa

Tabela 6: Propostas eleitas para a subprefeitura de Pirituba/Jaraguá.

Título da proposta	Categoria	Votos	Viabilidade
Implantar Casa de Parto - Centro de Parto Normal	Saúde	71	Inviável
Construção de um dos CAPS na proximidade do território indígena Guarani	Saúde	40	Inviável
Construção de três Centros para Juventude	Assistência Social	34	Inviável
Implantação de Centro Cultural Multiuso de Abrangência Regional	Cultura	33	Viável
Coleta Seletiva, gestão de resíduos sólidos e Ecoponto	Meio Ambiente	30	Viável

Figura 18: Distribuição das propostas submetidas por categoria para a subprefeitura de Pirituba/Jaraguá.

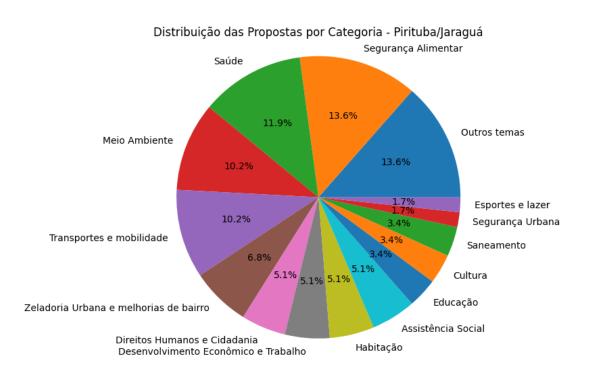
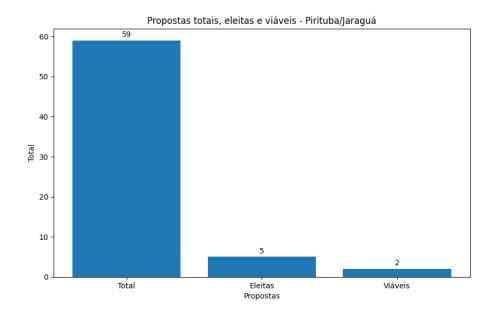


Figura 19: Comparação entre o total de propostas submetidas com as propostas eleitas e consideradas viáveis para a subprefeitura de Pirituba/Jaraguá.



3.4.3.3. Cidade Ademar

[Distritos de Cidade Ademar: Cidade Ademar + Pedreira]

A subprefeitura de Cidade Ademar ficou posicionada em terceiro lugar entre as menores proporções de propostas submetidas no Orçamento Participativo por cidadão. No que tange seus distritos, é composta por Cidade Ademar e Pedreira.

Também localizado na zona sul de São Paulo, Cidade Ademar está na média em relação aos demais distritos no que se refere à população em situação de rua, com 154 pessoas nessas condições, e um dos distritos com maior número de favelas, 16,2% das residências. Está entre as taxas mais baixas de mortes no trânsito, com 5,6 de mortes para cada cem mil habitantes, e está ao redor da média em relação aos demais distritos no tempo médio de deslocamento por transporte público, com 44 minutos. Possui um dos acessos menos favorecidos a infraestrutura cicloviária, com 1,1% da população com este direito garantido, estando acima apenas dos distritos que possuem valor zero no índice. O acesso à internet móvel também está entre os mais críticos, com 2,2 antenas para cada dez mil habitantes, e entre os mais baixos para ofertas de emprego formal, com 1,1 emprego para cada dez pessoas. Possui altos índices de gravidez na adolescência, correspondendo a 10,5% dos bebês, está entre os distritos com idade média ao morrer mais baixas, de 65,4 anos, e possui valor ao redor da média dos distritos no índice de mortalidade materna, com 50,2 de razão.

Localiza-se da mesma maneira com relação à mortalidade infantil, com 10,7% dos nascidos vivos, e está entre os maiores índices no tempo médio de consultas para atenção básica, de 24 dias. Também situa-se ao redor da média em relação aos demais distritos com o número de mortalidades por covid-19, de 25,6%, bem como no quesito abandono escolar: 0,9% dos alunos. Não possui nenhum espaço de cultura, e dentre os índices de violência, está entre os menores para violência racial, com 0,84 vítimas para cada dez mil habitantes, para violência contra a mulher, com 214,5 vítimas, e o décimo menor em violência LGBTQIAP+, com 1,4 vítima para os mesmos critérios. Apresenta o oitavo maior deslocamento para denúncias de violências contra a mulher, de 10,5 km, e uma das taxas de feminicídio mais altas, de 0,9 vítimas para cada mil mulheres.

Analisando os dados do Orçamento Participativo de 2022 para a subprefeitura de Cidade Ademar, tem-se o apresentado na tabela 7, além das figuras 20 e 21. No total, seis propostas foram eleitas e apenas duas foram aceitas, sendo essas

relacionadas à educação e habitação. No geral, as propostas com maior número de votos estão relacionadas à educação, direitos humanos e saúde, denotando uma correlação vista dentre os segmentos de propostas realizadas percebidos no gráfico. Além disso, houve uma grande correspondência entre as propostas com maiores números de votos e as propostas eleitas. Entretanto, habitação foi o segmento mais viável e apenas poucas propostas de saúde eleitas foram consideradas viáveis.

Tabela 7: Propostas eleitas para a subprefeitura de Cidade Ademar.

Título da proposta	Categoria	Votos	Viabilidade
Construção de 2000 unidades de HIS's nos distritos de Cidade Ademar e pedreira.	Habitação	241	Viável
Implantação de 1 CEU na Cidade Ademar	Educação	239	Viável
Implantação de um Núcleo de Proteção à Violência da Mulher na Cidade Ademar	Saúde	141	Inviável
Construção de uma UPA Porte 3 na Cidade Ademar	Saúde	128	Inviável
Implantação de uma UPA de Porte II na periferia do Distrito de Pedreira	Saúde	106	Inviável

Figura 20: Distribuição das propostas submetidas por categoria para a subprefeitura de Cidade Ademar.

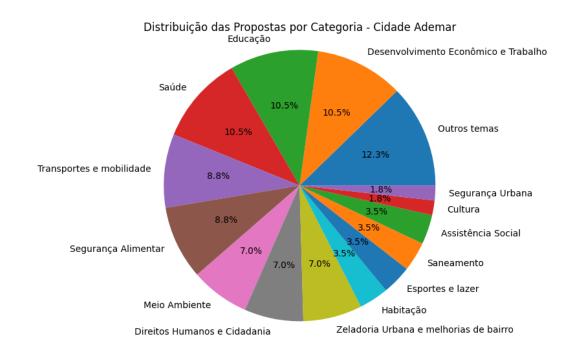
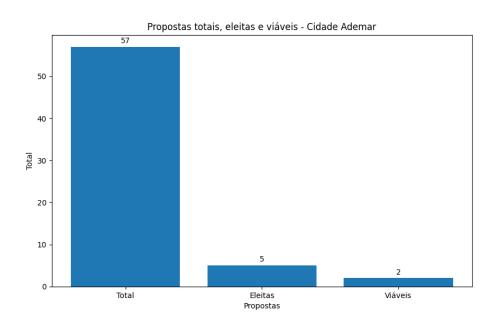


Figura 21: Comparação entre o total de propostas submetidas com as propostas eleitas e consideradas viáveis para a subprefeitura de Cidade Ademar.



4. Conclusão

Na análise a partir do Mapa da Desigualdade, alguns aspectos vêm à tona. Ao avaliar as variáveis individualmente, percebe-se que toda a cidade vive em um estado de insegurança e perante altos índices de violência, pouco incentivo à cultura e aos esportes, muitas pessoas em situação de vulnerabilidade e marginalidade, alto tempo de deslocamento, oportunidades de emprego aglutinadas, bem como o baixo acesso a ciclovias e à internet móvel. Ainda que a situação da cidade não seja favorável de maneira geral, é evidente que a localização em que cada distrito se encontra influencia em grandes níveis nos índices e, consequentemente, na qualidade de vida.

Os dados possuem abismos de amplitude: locais que possuem índices zerados de violência contra minorias, feminicídios, alta oferta de empregos, poucas ou nenhuma pessoa em situação de rua ou morando em favelas, baixos índices de gravidezes na adolescência, mortes maternas ou infantis, e baixíssimos tempos de espera para atendimento na atenção básica competem com locais em que os números são alarmantes e inaceitáveis, evidenciando que o local onde um cidadão se estabelece em São Paulo interfere drasticamente na possibilidade de permanecer

vivo e com direitos básicos adquiridos. A amplitude entre os valores mínimos e máximos dos índices chama atenção, e elucida que algo difere as áreas mais e menos privilegiadas.

Avaliar a partir do quão participativos são os distritos não apresenta resultados de correlação entre o dado e a realidade em si: alguns distritos com maior participação possuem taxas também inaceitáveis, e o contrário também ocorre com os que possuem maior atividade nas votações acerca do Orçamento Cidadão.

Ao analisar os índices de desigualdade dos distritos com maior e menor participação por habitante, não foi possível observar um padrão claro que indicaria uma possível correlação entre os indicadores de desigualdade e participação, com distritos cujos índices se destacam negativamente estando presentes em todos os graus de participação. Em contrapartida, evidenciou-se a extrema complexidade de tal análise com a observação de características e problemas únicos de cada distrito, juntamente com a ausência de altos coeficientes de correlação entre os indicadores de desigualdade e participação, indicando que a realidade vai muito além do que os dados disponíveis conseguem representar.

Com a análise das propostas e dos setores mais carentes de cada região, foi possível identificar que a quantidade de propostas por habitante não é o suficiente para representar a participação, uma vez que um grande número de propostas feitas não implica em um número proporcional de propostas consideradas viáveis. Como por exemplo Parelheiros, que está em segundo lugar dentre as subprefeituras com maior número de propostas por habitante, mas gerou apenas uma proposta viável.

Quanto a relação entre viabilidade das propostas por grau de participação, também não houve um padrão, com subprefeituras de baixo grau de participação possuindo uma porcentagem de propostas viáveis superior a de maiores graus e vice-versa. Nesse momento percebe-se novamente a singularidade de cada região, com subprefeituras que possuem a proporção de propostas por tema e propostas eleitas condizentes com as necessidades do bairro pelo mapa da desigualdade e outras cujas propostas eleitas não possuem relação alguma com suas maiores necessidades.

Por fim, uma possibilidade de estudos futuros seria considerar o grau de participação através da porcentagem de viabilidade das propostas apresentadas, analisando também mais do que três subprefeituras por extremidade de participação.

5. Referências bibliográficas

Mapa da desigualdade. Nossa São Paulo. Disponível em:

https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualda de-2022 Tabelas.pdf. Acesso em: 03 jun. 2023.

O Participe+ é a casa dos processos participativos online da cidade de São Paulo. Participe+. Disponível em: https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/help. Acesso em: 03 jun. 2023.

Projeto de Lei Orçamentária Anual - 2024. Participe+. Disponível em: https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/budgets. Acesso em: 03 jun. 2023.

Fortalecendo a participação social durante a pandemia: o caso de São Paulo, Brasil. Open Government Partnership. Disponível em: https://www.opengovpartnership.org/stories/fortalecendo-a-participacao-social-durant e-a-pandemia-o-caso-de-sao-paulo-brasil/. Acesso em: 03 jun. 2023.

OLIVEIRA, D. J. S.; CKAGNAZAROFF, I. B. **A participação cidadã como um dos princípios de Governo Aberto**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 28, p. e84867, 2022. DOI: 10.12660/cgpc.v28.84867. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/84867. Acesso em: 10 jun. 2023.

YAZLLE ROCHA, Juan Stuardo et al. **Assistência hospitalar como indicador da desigualdade social**. Revista de saúde Pública, v. 31, 1997, p. 479-487. Disponível em:

https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/rsp/v31n5/2300.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

ERMÍNIA, Maricato. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos avançados, v. 17, 2003, p. 151-166. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgfBw9PyLxBxbNRbf/abstract/?lang=pt. Acesso em: 17 jun. 2023.

ZARIAS, Alexandre. **Das leis ao avesso: desigualdade social, direito de família e intervenção judicial**. Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-24072009-153717/pt-br.php. Acesso em: 17 jun. 2023.

CHIAVEGATTO FILHO, Alexandre Dias Porto et al. Como incluir características dos distritos do município de São Paulo em estudos epidemiológicos?: análise da desigualdade de renda pelo uso do propensity score matching. Saúde e Sociedade, v. 22, 2013, p. 1145-1153. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/qFj5v6YGHfpZF7WXzHPN59y/abstract/?lang=pt. Acesso em: 17 jun. 2023.

ANTUNES, Jose Leopoldo Ferreira. **Mortalidade por câncer e desigualdade social em São Paulo**. Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/23/tde-23022010-143812/en.php. Acesso em: 17 jun. 2023.

PRIST, Arthur Hirata; BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito à Cidade e esfera pública: entre a participação política e a renovação jurídico-urbanística**. Cadernos Metrópole, v. 23, 2021, p. 629-650. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cm/a/XNCz3sb8YPdkf8xQWTbqqGx/?lang=pt&format=html. Acesso em: 17 jun. 2023.

JÚNIOR, LACERDA. Fabio: SIMONI Sergio. A relação entre socioeconômico, religião, disposições atitudinais e participação política: evidências da cidade de São Paulo. In: Índice de democracia local: estudos a partir da experiência de São Paulo. Curitiba: Instituto Sivis, 2021, p. 128-148. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Camila-Montalverne/publication/350601511 Cult ura_civica_na_cidade_de_Sao_Paulo_quais_os_ensinamentos_relevantes_para_a_ realidade nacional/links/6067eb96a6fdccad3f698e69/Cultura-civica-na-cidade-de-Sa o-Paulo-quais-os-ensinamentos-relevantes-para-a-realidade-nacional.pdf#page=128. Acesso em: 17 jun. 2023.

BONIFÁCIO, Robert. **A participação política no Brasil**. Debate, Belo Horizonte, v. 4, 2012. Disponível em: http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/edicao/EDSetembro-final.pdf#page=34. Acesso em: 17 jun. 2023.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes. **A desigualdade na participação política do paulistano: segregação e democracia na Cidade de São Paulo**. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 29, n. 2, 2020. Disponível em: https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/819/472. Acesso em: 17 jun. 2023.

CAVALCANTE, Eduardo Janotti; BARROSO, Lúcia Pereira. Relatório de análise estatística sobre o projeto "Mapa da desigualdade de gênero e interseccionalidades do município de São Paulo". São Paulo, 2022. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/003117057. Acesso em: 17 jun. 2023.

Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras. Prefeitura de São Paulo. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dad os demograficos/index.php?p=12758. Acesso em: 24 jun. 2023.